



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Mobilidade  
e Desenvolvimento Regional  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 25 N. 08  
Agosto de 2016

## O que esperar do Brexit?

No plebiscito do último 23 de junho, no Reino Unido, sobre a permanência do País na União Europeia (UE), a campanha pela saída, apelidada como “Brexit”, sagrou-se vitoriosa. Trata-se de um evento sem precedentes na história do bloco, o que tem gerado dúvidas e inquietações no mundo e, mesmo, no Brasil.

As indefinições mais prementes referem-se às negociações sobre a separação entre a UE e o Reino Unido. Muitas questões concretas serão abordadas, como, por exemplo, quais regras determinarão as relações econômicas entre ambos os espaços, se o Reino Unido deverá negociar separadamente novos acordos comerciais com outros países e blocos e, não menos relevante, qual será o regime de circulação de pessoas a vigor entre ambos os espaços.

Caso a nova primeira-ministra, Theresa May, consiga neutralizar a influência dos “eurocéticos” em seu Gabinete, o processo poderá ser menos traumático. Porém, se o governo britânico se debilitar, seja por influência de setores pró-Brexit, seja pelo recrudescimento dos movimentos pró-independência na Escócia e na Irlanda do Norte, sua posição negociadora se fragilizará e os entendimentos com a UE serão comprometidos.

Os prognósticos para o Brasil têm sido majoritariamente pessimistas. Entre as preocupações, citam-se o retardamento da recuperação econômica e a escalada de tensões políticas na Europa. Ademais, defensores do acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a UE perderão um aliado, pois o Reino Unido tem sido entusiasta desse mecanismo e, ao mesmo tempo, crítico ao protecionismo da Política Agrícola Comum da UE, posições semelhantes às da Alemanha. Por outro lado, países mais protecionistas, como França, Espanha e Irlanda, deverão aumentar sua influência no bloco. Por fim, como os negociadores europeus direcionarão suas atenções ao Brexit, as demais negociações comerciais perderão prioridade no momento, inclusive o acordo com o Mercosul.

Mesmo que se assinem tratados comerciais entre o Mercosul e o Reino Unido, a capacidade desse país para importar pode deteriorar-se, caso sua moeda, a libra esterlina, permaneça significativamente desvalorizada. Fenômeno semelhante pode ocorrer em relação aos investimentos britânicos no exterior.

Para o Rio Grande do Sul, o Brexit poderá impactar diretamente as exportações oriundas do Estado para o Reino Unido e, indiretamente, as exportações para a UE. Conforme o Sistema de Exportações FEE (SisExp FEE), em 2015 as exportações gaúchas para a UE totalizaram US\$ 2,5 bilhões (14,5% do valor total exportado pelo Estado). Desse total, 93,8% corresponderam a produtos da indústria de transformação, mantendo-se o padrão observado na série história de exportações iniciada em 2007.

As exportações para o Reino Unido comportam-se de forma idêntica às exportações para a UE, com elevada concentração de produtos da indústria de transformação. Em 2015, o Reino Unido respondeu por 7,8% das exportações industriais para a UE. Nos últimos anos, os principais itens exportados ao Reino Unido são de abate e produtos de carne, fumo processado, calçados, resinas e móveis.

Cabe notar que os destinos das exportações do Estado para a UE se concentram em poucos países, sobretudo Alemanha e Países Baixos, os quais as redistribuem a terceiros países no bloco. Pode haver redirecionamento parcial do destino dos embarques dos produtos gaúchos, reduzindo-se a participação desses dois países e aumentando a do Reino Unido, mas há dúvidas se essa readequação será rápida e sem prejuízos aos exportadores gaúchos.

As instabilidades políticas e seus reflexos nos fluxos comerciais intrabloco podem impactar a atividade industrial gaúcha diretamente, bem como **provocar** disfunções em outros mercados atendidos pela produção local. Uma crise no Reino Unido também poderá ter efeito na mesma direção, ainda que em menor intensidade.

Uma rápida e menos intempestiva resolução da questão, com a preservação da estabilidade política e econômica na União Europeia, configura-se no melhor cenário para as exportações gaúchas. Isso se torna ainda mais importante uma vez que a economia do Estado e, em especial, a indústria de transformação ainda absorvem os efeitos da recessão nacional de magnitude raramente vista.

Composição das exportações do RS para a UE e participação do Reino Unido no total exportado para a região — 2015

a) composição do valor exportado pelo RS à UE	
SETORES	%
Indústria de transformação	93,8
Agricultura e pecuária .....	5,9
Demais setores .....	0,3

b) participação do Reino Unido no valor exportado pelo RS à UE	
SETORES	%
Indústria de transformação	7,83
Agricultura e pecuária .....	1,3
<b>Total</b> .....	<b>7,4</b>

FONTE: Sistema de Exportações FEE.

**Alessandro Donadio Miebach** | [alessandro@fee.tche.br](mailto:alessandro@fee.tche.br)  
Pesquisador em Economia da FEE  
**Bruno Mariotto Jubran** | [bruno.jubran@fee.tche.br](mailto:bruno.jubran@fee.tche.br)  
Pesquisador em Relações Internacionais da FEE

## Crédito e recessão na economia do Rio Grande do Sul

Desde o ano passado, o Banco Central tem disponibilizado dados trimestrais regionalizados do Sistema de Informações de Crédito (SCR), de forma retroativa a junho de 2014, contendo várias informações por modalidade de crédito.

Uma das aplicações é observar as relações do crédito com o processo recessivo nacional. Como o volume de crédito responde ao comportamento das atividades econômicas, do mercado de trabalho, dos preços e de decisões de política econômica, seu desempenho é resultado da interação dessas outras variáveis econômicas. A mesma análise pode ser aplicada aos estados, guardadas as devidas precauções, como os maiores vazamentos em uma economia subnacional.

Neste trabalho, o saldo das modalidades de crédito no Rio Grande do Sul foi reagregado, similarmente aos componentes da despesa do Produto Interno Bruto (PIB), e deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com vistas a se ter uma noção aproximada de poder de compra real da variação de seus saldos. Como gastos das pessoas físicas, foram reunidas as modalidades de empréstimo que financiariam parte do consumo das famílias. Como capital de giro das pessoas jurídicas, os financiamentos que seriam utilizados para financiar estoques e folha de pagamento em momentos de descasamento do fluxo de receitas e despesas das firmas. Sob a rubrica agropecuária, juntaram-se os créditos rurais e agroindustriais, tanto das pessoas físicas quanto das pessoas jurídicas, devido a características específicas da atividade, como o fato de o maior volume das operações ser das pessoas físicas. Como investimento das pessoas jurídicas, estão as modalidades que financiam capital fixo de pessoas jurídicas (obras e equipamentos), tanto públicas como privadas. Por fim, a conta habitacional refere-se aos saldos do crédito imobiliário para as famílias.

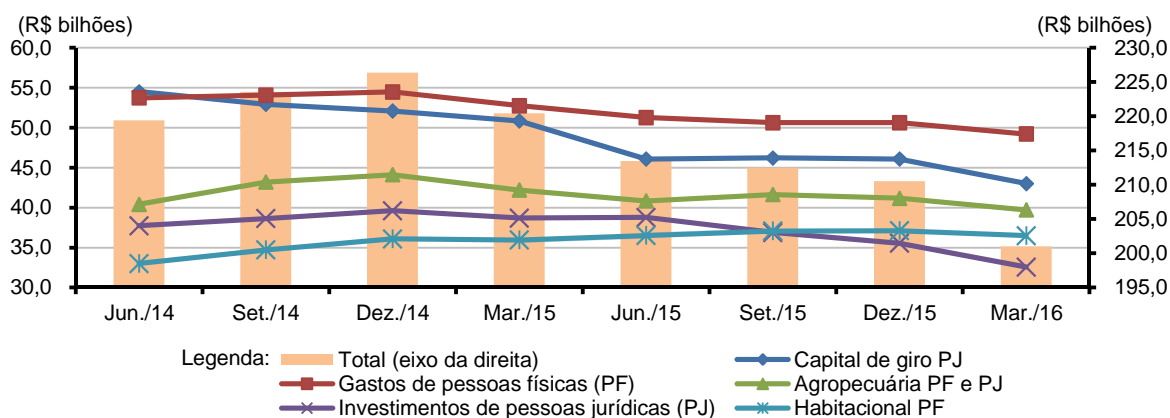
Com exceção do habitacional, todos os saldos diminuíram em termos reais, entre dezembro de 2014 e março de 2016. Entretanto, o capital de giro começou a cair, e o gasto corrente ficou quase estável durante o segundo semestre de 2014. A agropecuária caiu de dezembro de 2014 para março de 2015 e, desde então, vem-se mantendo estável. O inves-

timento ficou estável no primeiro semestre de 2015, mas, no segundo, passou a cair acentuadamente. O habitacional desacelerou seu crescimento em 2014, tendo uma oscilação que aparenta ser normal no primeiro trimestre de 2016.

A queda no capital de giro das empresas reflete o fato de que a desaceleração da indústria de transformação e a da construção iniciaram já no primeiro trimestre de 2014 e continuaram em queda durante todo o período. O comportamento dos empréstimos para pessoas físicas pode ser associado à queda da massa de rendimentos reais, que já foi observada desde 2014, mas que se aprofunda com o aumento dos preços da energia elétrica e dos combustíveis, à desvalorização cambial e ao aumento do desemprego. Em 2015, a agropecuária teve condições mais estáveis e um excelente desempenho, o que pode explicar um volume de empréstimos reais menor devido à maior capitalização do setor. No caso do investimento, a parcela privada reagiu à deterioração das expectativas de crescimento e ao encarecimento das fontes de financiamento. Já o investimento do setor público respondeu à eliminação das margens de endividamento derivada de problemas fiscais. O habitacional reduziu menos devido à característica de ter amortizações pequenas quando comparadas ao valor total do crédito, o que torna os ajustes no estoque mais lentos. De qualquer forma, deixou de impulsionar novas edificações, ficando mais restrito à transferência de unidades já construídas.

Com a elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central a partir de janeiro de 2015, junto com o aumento da inadimplência, as taxas de juros de todas as modalidades de crédito, com recursos tanto livres como direcionados, foram elevadas. A elevação foi maior para as pessoas físicas, o que implica uma redução maior no poder de compra real do crédito. A desalavancagem das empresas, voluntariamente ou não, resulta da necessidade de ajustar o capital ao nível de produção. O que os dados indicam é que, sem a retomada da atividade e dos rendimentos reais, o crédito não voltará a subir. Assim, uma possível redução das taxas de juros poderia auxiliar em um processo de retomada da atividade econômica, mas não seria suficiente para revertê-la, dadas as características da recessão.

Estoque das operações de crédito no Rio Grande do Sul — jun./14-mar./16



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BCB.  
IBGE.

NOTA: 1. Operações deflacionadas pelo IPCA-RMPA, a preços de março de 2016, e modalidades de crédito agregadas por componentes da despesa.  
2. Gastos PF: consignado, cheque especial, cartão de crédito, automóveis e outros. Capital de giro PJ: capital de giro normal e rotativo, adiantamentos de câmbio e recebíveis. Investimentos PJ: investimento, habitacional, infraestrutura e desenvolvimento.

## Pronaf: que futuro o aguarda?

A inserção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na agenda de políticas públicas, em meados dos anos 90, propiciou uma mudança significativa no rumo do desenvolvimento rural brasileiro. Abordagens que combinavam o acesso à segurança alimentar para segmentos vulneráveis da população e o apoio à produção de alimentos por agricultores familiares, tidos como agentes geradores de emprego e renda no campo, trouxeram benefícios significativos para os problemas da fome e da pobreza.

No longo desses 20 anos, foram identificadas três fases distintas na distribuição dos recursos do Pronaf: a primeira (de 1996 a 2002) caracterizou-se pela concentração dos valores aplicados nas Regiões Sul e Sudeste do País; a segunda (de 2003 a 2007) foi marcada pelo direcionamento majoritário dos recursos em favor dos agricultores familiares das Regiões Norte e Nordeste; e a terceira fase (a partir de 2008) mostrou uma nova concentração do valor creditício nas Regiões Sul e Sudeste, caracterizada por um maior número de agricultores familiares capitalizados.

No início, o Pronaf-crédito, eleito como principal instrumento de atuação em função da escassez de financiamentos e de seus elevados custos, limitava-se ao atendimento preferencial de atividades agropecuárias desenvolvidas por agricultores familiares com rendas monetárias significativas. No entanto, a partir do governo de Lula, os critérios para utilização do crédito do Pronaf foram reformulados, visando adequar a estrutura normativa do Programa à diversidade da agricultura familiar.

Com a ampliação das linhas de ação do Programa, além das tradicionais de custeio e investimento, citam-se, dentre outras, o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Mulher, o Pronaf Jovem Rural, o Pronaf Agroecologia, o Pronaf ECO Sustentabilidade Ambiental e o Pronaf Mais Alimentos. Passaram também a fazer uso mais acentuado dos financiamentos as famílias de agricultores assentadas da reforma agrária e do crédito fundiário, extrativistas, pescadores artesanais, remanescentes de comunidades quilombolas e povos indígenas que praticavam atividades agropecuárias. Na leitura dos gestores do Pronaf à época da reformulação, as novas normas condiziam com a diversidade da agricultura familiar brasileira, pois, contrariamente à versão original, as possibilidades de crédito indicavam uma maior abertura ao estímulo de atividades não agrícolas e também à proteção ambiental. A condição para tomar empréstimos seria unicamente a comprovação mediante a Declaração de Aptidão (Dap) do enquadramento do mutuário na categoria “agricultura familiar”.

No entanto, constatou-se que essa Dap, reformulada há quatro anos, além de manter o grupo de beneficiários A, categoria formada pelos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e por mutuários do crédito fundiário, e o grupo B, que aglomera o conjunto de produtores mais pobres do meio rural, presentes na estrutura original, promoveu a junção de três grupos de agricultores familiares (C, D e E), agora denominado grupo Variável, e tidos como os segmentos mais estruturados e capitalizados da agricultura familiar.

De fato, o limite máximo de renda estabelecido no início do Programa, como critério de enquadramento (entre R\$ 1.500,00 e R\$ 30.000,00), limitava a entrada de produtores do atual grupo Variável. Depois da reformulação, os valores de enquadramento foram sucessivamente aumenta-

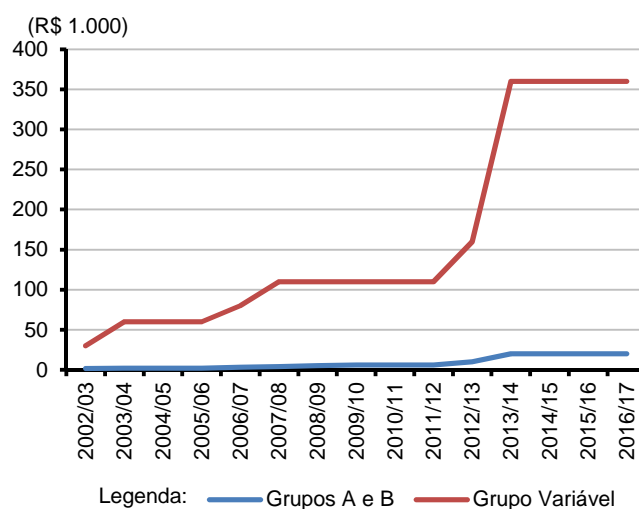
dos, como mostra o gráfico. Nele, observa-se que os limites das rendas mais altas passaram de R\$ 30.000,00 para R\$ 360.000,00 nas safras consideradas.

É conveniente lembrar que o Pronaf-crédito sempre teve sua sistemática de pagamento em longos prazos e com alto percentual de subsídio. A abertura do Programa para a entrada desses segmentos mais organizados e estruturados da agricultura familiar vem possibilitando uma participação mais acentuada deles na distribuição desse crédito ofertado em condições especiais, tornando-os um público preferencial para os bancos. Além disso, o retorno da concentração de recursos para as regiões mais desenvolvidas do País também é incompatível com a racionalidade de uma política pública que se diz de abrangência nacional.

Com isso, depreende-se, em primeiro lugar, que a fusão de grupos mais capitalizados pode estar mascarando a transparência do “quem é quem” na agricultura familiar. Em segundo, o potencial aumento das operações creditícias para o Sul e o Sudeste do País tende a concentrar parte significativa dos recursos, sobretudo, em investimentos, nesse grupo Variável. E, por último, possibilita acobertar a influência que esses produtores, através da atuação de suas representações rurais patronais, vêm exercendo sobre a estruturação do Programa.

Ao longo de anos, o Pronaf mostrou-se uma fonte de financiamento público importante para agricultores familiares, tornando esse segmento produtor estratégico para o desenvolvimento rural, mas, em sua versão atual, esse objetivo deixa a desejar. Tudo indica que o Programa mantém e incentiva, entre os agricultores familiares, o viés setorial-productivista pelo qual sempre se configurou o modelo de desenvolvimento agrícola no País. Com a atual crise política e econômica, resta-nos aguardar pelo tratamento a ser dado às futuras safras desse importante segmento produtor e torcer para que não seja posto em risco o sucesso do Programa no combate à fome e à pobreza.

Evolução dos limites de renda bruta anual para enquadramento no Pronaf — safras de 2002/03 a 2016/2017



FONTE: MDA/SAF/Planos Safras.

Elvin M. Fauth | [elvin@fee.tche.br](mailto:elvin@fee.tche.br)  
Pesquisadora em Economia da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — jan.-jun./16

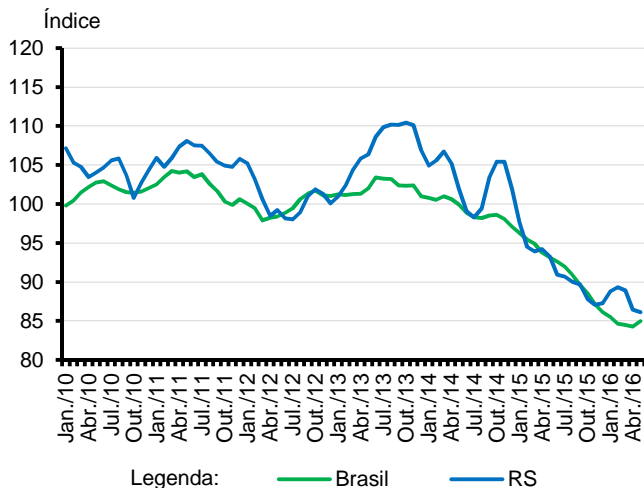
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Jan./16	1,27	1,27	10,71	1,14	1,14	10,96
Fev./16	0,90	2,18	10,36	1,29	2,44	12,09
Mar./16	0,43	2,62	9,39	0,51	2,97	11,57
Abr./16	0,61	14,27	9,28	0,33	14,20	10,64
Mai./16	0,78	15,16	9,32	0,82	15,14	11,09
Jun./16	0,35	15,56	8,84	1,69	5,91	12,22

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/16

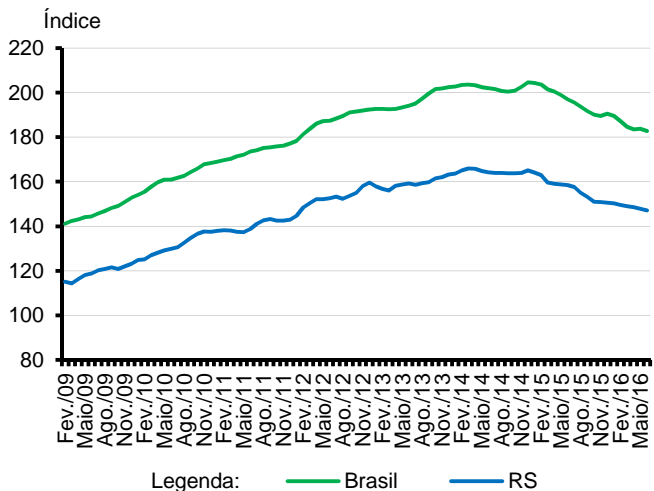


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.  
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-maio/16



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia do Brasil — jan.-jun./16

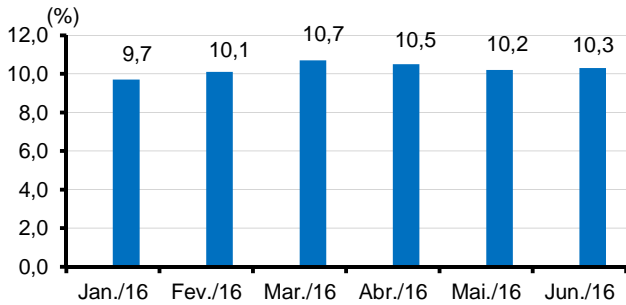
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai./16	Jun./16		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	4,05	3,97	3,70	3,57	3,54	3,42	3,71	3,70
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	120,8	118,3	110,7	107,6	105,9	102,0	110,9	115,8
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	13,78	14,25
Superávit primário (% do PIB) .....	-5,78	4,78	2,09	-1,98	3,54	1,95	0,79	2,51
Balança comercial (US\$ milhões) (5) .....	643	2.898	4.255	4.647	6.251	3.755	22.448	38.854
Exportações (US\$ milhões) (5) .....	11.135	13.317	15.922	15.302	17.498	16.647	89.822	186.038
Importações (US\$ milhões) (5) .....	10.492	10.419	11.668	10.655	11.248	12.893	67.374	147.184
Transações correntes (US\$ milhões) (5) .....	-4.817	-1.904	-856	412	1.200	-2.479	-8.444	-29.439

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no  
Rio Grande do Sul — jan.-jun./16



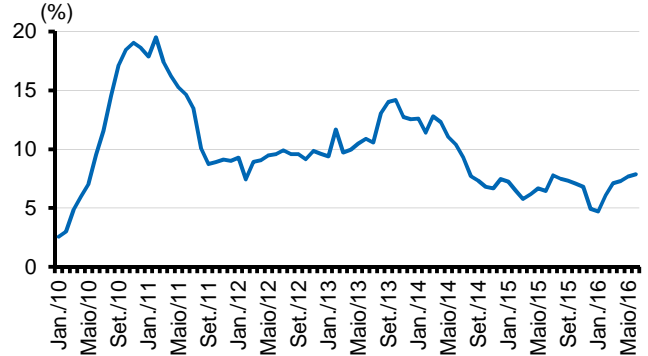
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS  
no Rio Grande do Sul — jan./10-jun./16



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

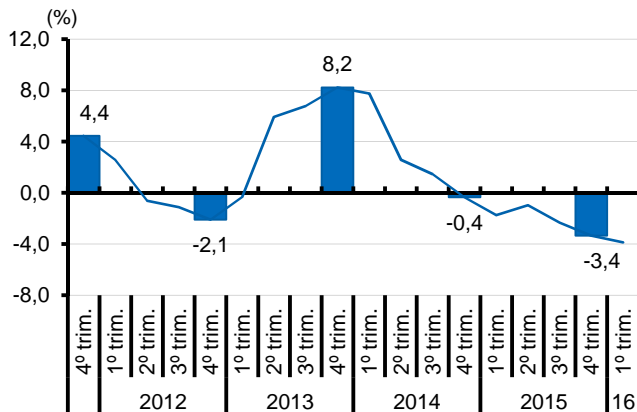
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-jun./16

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Jan./16	811	11.245	9,2	-16,1	-17,9	0,8	3,5	-16,8	-20,7
Fev./16	1.669	24.592	7,2	-9,3	-4,7	8,8	19,0	-16,6	-19,8
Mar./16	2.809	40.585	6,8	-9,2	-5,1	10,7	18,3	-17,7	-19,7
Abr./16	4.121	55.959	6,9	-13,1	-3,4	2,8	17,9	-16,1	-18,2
Mai/16	5.897	73.530	7,4	-6,7	-1,6	8,2	17,1	-14,8	-16,3
Jun./16	7.700	90.273	8,0	-4,3	-4,3	8,6	11,8	-13,2	-14,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres,  
no Rio Grande do Sul — 4º trim./11-1º trim./16

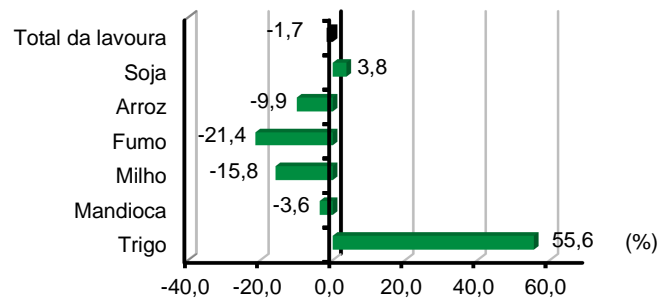


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIES/NDEC.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais  
culturas no Rio Grande do Sul — ago./16



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIES/NDEC.

## Desigualdade racial no mercado de trabalho da RMPA — 2004-14

Os estudos sobre mobilidade social ou processos de diferenciação social possuem, nas desigualdades raciais, um objeto de investigação privilegiado. Independentemente das diferenças teóricas e das variadas abordagens metodológicas de tais estudos, as pesquisas tentam explicar as desigualdades sociais entre negros e não negros. Entre as diferenças mais analisadas, estão aquelas encontradas no mercado de trabalho, que tendem a ser explicadas por (a) condições de origem social da população negra nos estratos mais baixos da sociedade e (b) discriminação racial intrínseca ao mercado de trabalho. Ainda que tais explicações não sejam contraditórias, os seus usos políticos o são, por isso tendem a aparecer em diversos estudos como incompatíveis. Contudo um dos pontos de encontro entre as diferentes abordagens consiste no acesso às etapas do ensino formal, bem como na sua conclusão, como as principais causas das desigualdades raciais no mercado de trabalho. Dessa forma, será realizada uma breve análise sobre as diferenças na taxa de desemprego e no rendimento médio real entre negros e não negros, no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, com enfoque na escolaridade.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), o período entre os anos de 2004 e 2014 possui como característica o bom desempenho do mercado de trabalho diante da contínua redução da taxa de desemprego e do aumento do rendimento médio real. A taxa de desemprego teve queda de 15,9% para 5,9% nesse período. A análise por raça/cor mostra que a taxa de desemprego para os negros se reduziu de 23,1% em 2004 para 8,5% em 2014; já para não negros, passou de 15,2% para 5,5%. Apesar do comportamento positivo do mercado de trabalho, a desigualdade na taxa de desemprego entre negros e não negros manteve-se praticamente estável nesse período. A razão da taxa de desemprego entre esses dois grupos populacionais inicia e termina a série com o mesmo valor (1,55), o que significa que a taxa de desemprego entre os negros se manteve 55% mais elevada do que entre os não negros. Destaca-se que os negros eram 16,6% dos desempregados em 2004, parcela que cresceu para 19,1% em 2014.

Ao comparar as taxas de desemprego por raça/cor, segundo as faixas de escolaridade, percebe-se que os não negros apresentam vantagem em relação aos negros em todos os níveis de escolaridade, conforme a tabela. No período

entre 2004 e 2014, observou-se, para os negros, uma redução mais acentuada da taxa de desemprego entre aqueles com ensino fundamental completo (64,1%), enquanto, para os não negros, a maior redução ocorreu entre aqueles com o ensino fundamental incompleto (63,3%). Diante disso, registraram-se aumento da desigualdade na taxa de desemprego entre negros e não negros para aqueles com ensino fundamental incompleto (de 44,0% para 75,4%) e redução para aqueles com ensino fundamental completo (de 49,0% para 22,5%) e ensino médio completo (de 30,4% para 28,3%).

A análise do rendimento médio real dos ocupados entre 2004 e 2014 mostra um crescimento mais acentuado para os negros (34,8%) do que para os não negros (21,5%), tendo sido observado esse comportamento em todos os níveis de escolaridade. Essa trajetória do rendimento médio real contribuiu para reduzir as desigualdades de renda do trabalho entre esses dois grupos populacionais. Nesse período, a diferença do rendimento médio real entre negros e não negros diminuiu de 20,5% para 14,1% para aqueles com o ensino médio completo e de 17,3% para 11,2% para aqueles com o ensino fundamental completo. Já para aqueles com o ensino fundamental incompleto, ocorreu variação de 18,9% para 17,6%, mantendo-se relativamente estável.

Cabe destacar que, devido ao reduzido número de negros com ensino superior, não foi possível divulgar a taxa de desemprego e rendimento médio real para esse nível de escolaridade. Apenas 6,9% dos negros que participavam do mercado de trabalho em 2014 tinham nível superior contra 18,3% dos não negros, indicativo de um desequilíbrio entre os dois grupos quanto à inserção no ensino superior.

Em síntese, apesar de alguns avanços, o bom desempenho do mercado de trabalho entre 2004 e 2014, com considerável redução da taxa de desemprego e aumento do rendimento médio real, não foi suficiente para eliminar as desigualdades entre negros e não negros no mercado de trabalho. Persiste uma elevada diferença nas taxas de desemprego e nos rendimentos médios reais que é desfavorável à população negra, ainda que se considere o mesmo nível de escolaridade. A desigualdade racial no mercado de trabalho possui outros importantes elementos além da conclusão das etapas do ensino formal, o que exige uma ampliação e um aprofundamento dos estudos, pois uma igualdade no nível de escolaridade não garante igualdade de oportunidades entre negros e não negros no mercado de trabalho.

Taxa de desemprego e rendimento médio real dos ocupados, por raça/cor e segundo faixas de escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004 e 2014

FAIXAS DE ESCOLARIDADE	TAXA DE DESEMPREGO (%)						RENDIMENTO MÉDIO REAL (R\$)					
	Negros			Não Negros			Negros			Não Negros		
	2004	2014	Δ% 2014/ 2004	2004	2014	Δ% 2014/ 2004	2004	2014	Δ% 2014/ 2004	2004	2014	Δ% 2014/ 2004
Fundamental incompleto (1)	23,9	10,7	-55,2	16,6	6,1	-63,3	950	1.314	38,3	1.172	1.595	36,1
Fundamental completo (2) ...	30,4	10,9	-64,1	20,4	8,9	-56,4	1.117	1.433	28,3	1.350	1.614	19,6
Médio completo (3) .....	17,6	6,8	-61,4	13,5	5,3	-60,7	1.578	1.859	17,8	1.984	2.164	9,1
Superior completo .....	(4)-	(4)-	-	5,2	2,3	-55,8	(4)-	(4)-	-	4.687	4.766	1,7
Total .....	23,1	8,5	-63,2	14,9	5,5	-63,1	1.247	1.681	34,8	1.911	2.322	21,5

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Raça/cor negra = pretos e pardos; raça/cor não negra = brancos e amarelos.

2. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de maio/16.

(1) Inclui alfabetizados sem escolarização. (2) Inclui ensino médio incompleto. (3) Inclui ensino superior incompleto. (4) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.



## Desigualdades no acesso à saúde

O acesso a serviços de saúde pode ser definido como a existência da possibilidade de utilizá-los quando necessário. As condições de acesso refletem as características da oferta de serviços, que podem facilitar ou dificultar a capacidade dos indivíduos de determinada população em utilizar os serviços de saúde de acordo com suas necessidades. Além disso, são influenciadas por características sociodemográficas e pelo perfil de saúde dos usuários.

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 e, em especial, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei Orgânica 8.080/90, a saúde passou a ser um direito de todos e um dever do Estado. Nesse sentido, dentre os princípios do SUS destacam-se: a universalidade de acesso; a integralidade da assistência, incluindo todas as ações necessárias à promoção, à prevenção, ao tratamento e à reabilitação; a igualdade na assistência à saúde (equidade); a participação da comunidade; e a descentralização político-administrativa.

De acordo com dados dos suplementos sobre saúde, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), de 1998 e 2013, o SUS tem aumentado a sua participação nos últimos anos como fonte de financiamento dos serviços de saúde utilizados, passando de 48,8% para 59,4% nesse período, no Brasil, e de 50,0% para 56,6% na Região Sul. Ao mesmo tempo, a posse de plano de saúde privado também aumentou, passando de 24,5% em 1998 para 27,9% em 2013, em nível nacional, e de 25,3% para 32,8% na Região Sul, enquanto os gastos privados diminuiram.

A fim de avaliar as condições de saúde no País, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) foi lançada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, em âmbito nacional, com base domiciliar e previsão de ocorrência a cada cinco anos. A PNS incluiu os módulos de acesso e utilização dos serviços de saúde e o de cobertura de plano de saúde. A partir desses dados, é possível analisar diferenças regionais e o perfil sociodemográfico dos atendidos e não atendidos pelos serviços de saúde. Pode-se verificar, por exemplo, que, nos 15 dias anteriores à pesquisa, 17,5% dos entrevistados procuraram atendimento relacionado à saúde. Os estados onde as pessoas mais procuraram por atendimento em saúde foram Santa Catarina (23,5%), São Paulo (21,1%) e Rio Grande do Sul (20,2%). Já Mato Grosso e Rondônia foram os estados com menor prevalência de procura por atendimento, ambos com 10%. Os principais motivos pela procura por atendimento foram doença (31,1%), tratamento (22,8%), exames (12,8%) e prevenção (11,4%).

A prevalência de atendimento foi de 96,9%, sendo que a maior parte (98,3%) conseguiu ser atendida na primeira vez que procurou o serviço. Entre os indivíduos que procuraram atendimento de saúde, apenas 3,1% não conseguiram ser atendidos, o que representa em torno de 786.771 brasileiros. Os principais motivos relatados pelos entrevistados para o não atendimento foram: ausência de médico no serviço (38,1%); ausência de vaga ou senha (33,6%); espera prolongada (7,1%); e inexistência de serviço ou profissional especializado (5,5%). Há um percentual maior de não atendimento entre aqueles que procuram o serviço por problema odontológico (5,8%) ou por doença (4,3%) em relação aos que procuram por motivos de tratamento ou reabilitação (1,6%) ou acidente e lesão (2,8%). A Região Sul do Brasil destaca-se por apresentar a menor taxa de não atendimento, 1,5%, enquanto a Região Norte apresenta a maior taxa (5,7%). Na Região Sul, o Rio Grande do Sul foi o estado com menor proporção de não atendimento (1%).

Em relação ao Brasil, percebe-se que as maiores taxas de não atendimento se relacionam às pessoas com as seguintes características: mulheres (3,5%); indivíduos com idade entre 25 e 49 anos (3,7%); pretos e pardos (4,3%); pessoas com baixo ou médio nível de instrução (3,3% e 4,1% respectivamente); e o grupo que não possui plano de saúde (4,2%). Entre as regiões, verifica-se que essas diferenças podem ser mais acentuadas, de modo que, na Região Sudeste, por exemplo, ter plano de saúde aumenta em três vezes a chance de ser atendido, enquanto, na Região Norte, essa chance aumenta em 35 vezes. Essa grande diferença observada na Região Norte ocorre devido tanto à baixa taxa de não atendimento entre aqueles com plano de saúde, como à maior taxa entre aqueles sem plano de saúde.

Especificamente nas regiões onde as diferenças entre atendidos e não atendidos são mais marcantes, prevalece a utilização do SUS entre os atendidos. A chance de um indivíduo que reside na Região Norte ou Nordeste que recebeu atendimento ter utilizado o SUS é aproximadamente 30% maior que a de um indivíduo que mora na Região Sudeste.

A maior utilização do SUS pode estar demonstrando uma ampliação do acesso e da universalização dos serviços de saúde. Apesar desses avanços, tanto na produção de serviços como na efetivação dos princípios de universalidade e equidade que regem o SUS, ainda se observam importantes desigualdades na oferta de recursos e serviços, assim como uma forte influência da posição social dos indivíduos no acesso e na utilização dos serviços de saúde. Ainda persistem problemas relacionados (a) à organização da oferta de serviços de saúde (disponibilidade de médicos, hospitais, acesso geográfico, tipo de financiamento); (b) às necessidades de saúde (morbidade, gravidade e urgência da doença); e (c) aos usuários (idade, sexo, educação, região de moradia).

Percentual de não atendidos pelos serviços de saúde, segundo características sociodemográficas, no Brasil e em suas regiões — 2013

CARACTERÍSTICAS	N	NE	SE	S	CO	BRASIL
<b>Total</b> .....	5,7	4,0	2,8	1,5	4,1	3,1
<b>Sexo</b>						
Masculino .....	6,4	2,2	2,3	1,1	3,7	2,3
Feminino .....	5,4	5,0	3,0	1,7	4,3	3,5
<b>Idade (em anos)</b>						
De 18 a 24 .....	7,3	3,1	3,2	0,1	1,7	2,8
De 25 a 49 .....	5,5	5,1	3,3	1,3	5,0	3,7
De 50 a 64 .....	8,8	2,4	3,1	3,2	3,8	3,3
65 ou mais .....	0,2	4,2	1,0	0,2	4,0	1,6
<b>Raça/Cor (1)</b>						
Branca .....	4,8	3,0	1,9	1,2	2,8	2,0
Preta/parda .....	5,7	4,5	4,0	2,6	4,8	4,3
<b>Escolaridade</b>						
Sem instrução ou com ensino fundamental .....	5,3	4,3	2,8	2,1	4,6	3,3
Ensino médio .....	8,3	4,8	4,3	0,9	3,5	4,1
Ensino superior .....	1,4	1,7	0,2	0,4	3,7	0,8
<b>Posse de plano de saúde</b>						
Sim .....	0,2	1,7	1,3	0,3	1,8	1,2
Não .....	7,2	4,7	3,9	2,3	5,5	4,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013.

NOTA: Percentual de não atendidos em relação ao total de pessoas que procuraram atendimento nas duas semanas anteriores à pesquisa.

(1) Excluídos indígenas e amarelos.

Marilyn Agranonik | marilyn@fee.tche.br  
Pesquisadora em Estatística da FEE



## Desigualdades da representação política parlamentar

As eleições para a Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores seguem o princípio da proporcionalidade, o que denota a intenção de levar aos parlamentos pessoas representativas da diversidade do eleitorado. Essa diversidade pode ser avaliada de duas formas. Do ponto de vista descritivo, consideram-se os critérios sociais de identidade, como gênero, cor ou raça, e ocupação dos indivíduos. Do ponto de vista ideológico, o que importa são as ideias dos representantes.

A análise da representação descritiva, feita a partir dos dados dos candidatos eleitos disponibilizados pelo Superior Tribunal Eleitoral e pelo **Censo 2010**, mostra a existência de uma situação de desigualdade: mulheres, negros e certos grupos profissionais estão sub-representados em relação à sua presença na sociedade.

Apenas 10% dos deputados federais eleitos em 2014 eram mulheres, o que torna a Câmara de Deputados brasileira uma das que conta com menor participação feminina no mundo (conforme levantamento da Inter-Parliamentary Union). Na bancada gaúcha, foi eleita somente uma mulher, a Deputada Maria do Rosário. Dos 55 deputados estaduais que compõem a atual legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apenas sete (13%) são mulheres. Nas Câmaras de Vereadores gaúchas, a participação feminina atinge, em média, 14% das vagas disponíveis em cada casa. Além disso, 114 municípios gaúchos não elegeram vereadoras em 2012, inclusive grandes municípios como Canoas e Pelotas. Outros grandes municípios gaúchos, tais como Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Viamão, elegeram apenas uma vereadora nas últimas eleições.

Embora a população negra, que se declara parda ou preta no Censo, some 51% dos brasileiros, sua presença na Câmara de Deputados alcança apenas 20%. Nenhum destes é membro da bancada gaúcha. No RS, 17% da população considera-se parda ou preta, mas, na Assembleia Legislativa eleita em 2014, apenas o Deputado Jardel Ribeiro declarou-se pardo.

O acesso aos espaços da representação política possui influência da inserção profissional dos indivíduos. Considerando as profissões dos membros da bancada gaúcha na Câmara de Deputados e da Assembleia Legislativa, o maior grupo é o de profissionais da ciência e intelectuais, especialmente do Direito, que ocupa, respectivamente, 26% e 30% das bancadas eleitas em 2012. Os percentuais são bem superiores aos 6,5% dos gaúchos maiores de 18 anos que compõem esse grupo profissional. As Câmaras de Vereadores dos municípios com mais de 120.000 habitantes apresentam um padrão próximo ao dessas instâncias.

No âmbito dos pequenos municípios, as Câmaras de Vereadores costumam ser compostas por um perfil de indivíduos um pouco mais próximo à distribuição das ocupações dos cidadãos em geral. Nos municípios de até 15.000 habitantes, cerca de 30% dos vereadores eleitos são ocupados na agricultura, 14% são servidores públicos, sobretudo municipais, 10% são dirigentes do setor privado, e 8%, trabalhadores de nível técnico, com destaque para motoristas de transportes de passageiros ou cargas.

Amplas categorias, como os trabalhadores de nível elementar e as donas de casa, possuem um pequeno espaço nas Câmaras de Vereadores dos menores municípios gaúchos e não possuem representação nas Câmaras de Vereadores dos grandes municípios, tampouco na Câmara de Deputados ou na Assembleia Legislativa. As mulheres são minoritárias em todos os grupos profissionais, no conjunto dos parlamentos municipais. A maior presença feminina é observada no conjunto de vereadores eleitos com ocupação profissional no ensino, na qual somam 45%, embora as mulheres sejam cerca de 80% desses profissionais no RS.

Observa-se, portanto, a desigualdade do acesso à representação parlamentar nos âmbitos municipal, estadual e federal. A desigualdade descritiva da representação política poderia ser considerada um problema não tão grave, caso as eleições garantissem que os eleitos respondessem às ideias e opiniões dos eleitores. Do ponto de vista da representação de ideias, os partidos políticos são os responsáveis por estruturar a competição entre diferentes concepções ideológicas, apresentando alternativas para os eleitores escolherem. No Brasil, contudo, o sistema partidário está em crise. Novos partidos têm sido criados sem base em programas políticos, o sistema partidário brasileiro tornou-se um dos mais fragmentados do mundo e o principal sentimento que as agremiações despertam nos cidadãos é a desconfiança. Conforme a pesquisa Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), entre 2010 e 2014 a percentagem de entrevistados que se considerava representada por um partido caiu de 57,9% para 26,4%.

Institucionalmente, os mecanismos oferecidos pelo sistema eleitoral para que os cidadãos avaliem a conduta dos parlamentares são precários. Circunscrições eleitorais que elegem muitos parlamentares, com pleitos disputados por centenas de candidatos, não favorecem o controle pessoal sobre os parlamentares por parte dos cidadãos. Os eleitores decidem seus votos com informações circunstanciais e possuem pouco conhecimento sobre as atividades dos eleitos. É comum, inclusive, esquecer para quem foi dado o voto: a pesquisa Eseb mostra que mais de 40% dos entrevistados não lembram em quem votaram para deputado federal ou estadual.

Portanto, faltam meios para que os eleitores possam se informar adequadamente sobre como pensam e agem seus representantes. Com partidos políticos fracos e baixo controle dos eleitores sobre os eleitos, é difícil crer na viabilidade da representação política baseada em ideias. Nesse contexto, ganha relevo a forma particular pela qual cada parlamentar encara as questões públicas, a visão de mundo construída por suas experiências de vida. Corre-se o risco de que, na ausência da política de ideias, a representação descritiva desigual favoreça uma política pública igualmente reforçadora das desigualdades.

**Augusto N. C. de Oliveira** | [augusto.oliveira@fee.tche.br](mailto:augusto.oliveira@fee.tche.br)  
Pesquisador em Ciência Política da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 02.08.16).

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

**FEE** Fundação de  
Economia e  
Estatística

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes  
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari  
Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial:** Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Marcos Vinício Winck Junior e Vaniclei Zanin

**Núcleo de Dados e Estudos Conjunturais:** Renan Xavier Cortes

(Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

**Revisão e edição:** Mateus da Rosa Pereira e Susana Kerschner

**Fundação de Economia e Estatística**

**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: [carta@fee.tche.br](mailto:carta@fee.tche.br)

Twitter: @cartafee Site: [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

ISSN 1517-7262